



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

08 de julho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 08/07/2015
Assunto: Enem		Página: Online



"Hoje o Ensino Médio é fortemente subjugado pelo Enem", afirma presidente do Consed

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem impactado o ensino médio de todo o Brasil. Hoje, menos de 30% jovens do ensino médio optam pelo ensino superior e os outros "70% dos jovens ficam negligenciados em relação ao que é desenvolvido no ensino médio em todo o país", afirmou Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação durante o Seminário "Reformulação do Ensino Médio", realizado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, nesta quarta (07/07), em Brasília.

Eduardo Deschamps entende que o Enem tem sido colocado na prática como "um modulador do currículo do ensino médio". Para ele "subjugando as demais possibilidades do ensino médio e transformando-o em apenas um momento de passagem para a universidade".

O secretário Eduardo Deschamps apontou que precisamos de uma reformulação profunda no ensino médio, que não fique apenas nos caminhos propedêuticos, mas que seja garantida a diversificação e a flexibilidade fundamentais para a melhoria do ensino médio.

Para Deschamps a partir desta mudança, que se atenda de forma qualificada não apenas os 30% que seguem para a universidade, mas que se assista aos outros 70% dos nossos jovens que anseiam por uma educação profissional e tecnológica voltada para as necessidades do mercado de trabalho.

Base Nacional Comum

Eduardo defendeu a prioridade máxima para a definição da Base Nacional Comum, que tem prazo definido pelo PNE até 2016. "O Consed considera que não basta reformular o Ensino Médio, sem antes definir a Base Nacional Comum que impactará não apenas no currículo, mas na forma da gestão da escolar, na formação de professores, na elaboração do material didático", disse.

Projeto de Lei de Reformulação do Ensino Médio



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O presidente do Consed disse que o momento é único na história do Brasil para definirmos uma Base Nacional Comum. E diante deste contexto, Deschamps fez uma solicitação aos parlamentares da Comissão da Educação que aguardassem o desenrolar das discussões sobre a Base Nacional Comum, para só então formatar em definitivo o projeto de Lei que propõe a Reformulação do Ensino Médio.

Justificando o pedido, atestando que "o currículo é algo dinâmico" e também por fazer parte do conteúdo do PL, que aborda a questão curricular do Ensino Médio, sendo necessário que seja respeitada a definição da Base Nacional Comum - BNC.

Seminário "Reformulação do Ensino Médio"

O Seminário conta com expositores representantes de áreas específicas dos seguintes órgãos afetos à área de Educação: Ministério da Educação - MEC; Conselho Nacional de Educação CNE; Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES; Tribunal de Contas da União - TCU; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Movimento Todos pela Educação; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES; Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE; Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog do Raul Sartori	Editoria: Colunista	Data: 07/07/2015
Assunto: Sexualidade		Página: Online

Blog do Raul Sartori

Notícias de Santa Catarina

Sexualidade

7, julho, 2015 (raulsartori) [Envie este Post](#) [Imprima](#)

[Comente](#)

O deputado Narciso Parisotto (DEM), que também é pastor, lidera, no Legislativo estadual, grupo de parlamentares que já se posiciona contrário à ideologia de gênero e opção sexual no Plano Estadual de Educação, de autoria do Executivo. No PEE, que estabelece as metas e estratégias na educação para os próximos 10 anos, o deputado já apresentou emenda modificativa, adequando seu texto ao aprovado no Congresso Nacional, que deu o direito aos pais de definirem os padrões morais que desejam repassar aos filhos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog do Raul Sartori	Editoria: Colunista	Data: 07/07/2015
Assunto: Jornada extra	Página: Online	

Blog do Raul Sartori

Notícias de Santa Catarina

Jornada extra

 7, julho, 2015  (raulsartori) [Envie este Post](#) [Imprima](#)

 [Comente](#)

Dados tabulados pela organização Todos pela Educação revelam que no Brasil quatro em 10 professores fazem jornada extra para compor sua renda. Em SC 31,6% dos docentes recorrem à jornada dupla, quando não tripla de trabalho. No Rio Grande do Norte são 55,1% e no Distrito Federal 12,7%.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 08/07/2015
Assunto: Debates		Página: Online



Reforma do ensino médio não deve se limitar a conteúdo

A reformulação do ensino médio e a construção de uma base nacional curricular comum para essa etapa foram temas de discussão ontem (7) em seminário na Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados. O integrante do Conselho Nacional de Educação (CNE) José Fernandes de Lima alertou que a base nacional comum não deve se limitar a uma lista de conteúdos, mas ir além e tratar, por exemplo, da formação dos professores e da relação entre União, estados e municípios.

Lima destacou ainda que o currículo comum não pode partir da opinião de apenas uma pessoa ou organização, mas ter o consenso da sociedade. "Uma agenda educacional de um país não pode deixar de responder a três coisas: para quem temos que oferecer educação, para quê e como vamos oferecer essa educação."

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a base nacional curricular comum da educação básica deve estar concluída até junho do ano que vem.

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps, considera que, atualmente o conteúdo do ensino médio está direcionado para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Estamos fazendo um Enem modelador dos currículos como se o ensino médio fosse uma etapa de transição para a faculdade", disse.

Na avaliação de Deschamps, não é possível resolver os problemas do ensino médio sem focar na etapa anterior, que são os anos finais do ensino fundamental. "No ensino fundamental 2, começa o grande problema que só é reforçado na hora de entrar no ensino médio. O problema não está todo no ensino médio. Se não tivermos o olhar sobre o fundamental 2, o projeto de uma base nacional comum será inócuo."

O diretor de Currículo e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Ítalo Dutra, ressaltou a importância de um esforço conjunto entre União, estados e municípios na construção da base nacional comum. "É o esforço de produzir um entendimento nacional em torno desse assunto, que precisa ser revisado periodicamente e pensado do ponto de vista de um pacto federativo", afirmou.

Ele informou que o MEC está recebendo documentos curriculares dos entes federados que vão contribuir para a elaboração de um texto da base comum a ser colocado em consulta pública. Ítalo Dutra ressaltou que é preciso discutir também a forma como a base comum será colocada em prática. "Pensar em organização curricular para o ensino médio significa também discutir como isso será operacionalizado do ponto de vista de estados e municípios."

Para a presidenta da União Brasileira dos Estudantes (Ubes), Bárbara Melo, o atual modelo do ensino médio é pouco atraente por estar distante da realidade dos jovens e ter conteúdos que não dialogam entre si. Mudar esses pontos é fundamental para elaborar uma base comum, disse Bárbara, que também destacou a importância de incluir conteúdos locais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"O conteúdo muitas vezes parece desconectado. A pessoa vê física em um quadrado, biologia em outro", observou Bárbara. "É importante que o ensino seja integrado. E a escola precisa absorver novas tecnologias. É um absurdo o estudante não poder usar o celular em sala. Não é uma tecnologia dentro de sala que vai fazer o aluno se distrair, é a forma como o conteúdo é dado."

O deputado Wilson Filho (PTB-PB) também considera o atual modelo ultrapassado e diz que é necessário reformular o ensino médio para garantir a permanência dos estudantes nas salas de aula e estimular também os professores. "Todos concordamos que o atual modelo do ensino médio está desinteressante e ultrapassado. É um modelo desinteressante para estudantes e professores, e temos a obrigação de mudar isso", afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 08/07/2015
Assunto: Sinasefe		Página: Online



Ministério conclui etapa de discussões com o Sinasefe

Representantes da direção nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) foram recebidos na tarde de terça-feira (7), pelo secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marcelo Feres. Ele representou o MEC numa série de encontros, em que expôs o posicionamento do ministério em relação às pautas apresentadas pelo sindicato.

Feres destacou que o MEC tem se colocado aberto ao diálogo. "Eventualmente, alguns pontos de pauta estão fora da governança do Ministério, como a alteração de um decreto ou de uma lei, o que é natural. Porém, isso não nos impede de participar de forma construtiva da busca de soluções. Para isso, o MEC realizou diversas reuniões com o Sinasefe nos últimos meses e elas contribuíram para a construção das propostas ora apresentadas", observa Feres.

Para Luiz Pereira da Costa, servidor do Instituto Federal de Mato Grosso e membro da Diretoria Nacional do Sinasefe, a agenda com o MEC é um avanço. "É um grande passo. Essa abertura nos proporciona avançarmos em discussões importantes e que estão relacionados com a capacidade técnica da pasta. Obviamente, existem outros pontos que fogem do controle do MEC e temos consciência. Mas podemos dialogar e construir de forma conjunta as saídas para reivindicações dos servidores", disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 08/07/2015
Assunto: Enade	Página: Online	



Manual orienta os estudantes sobre edição 2015 do Enade

O Manual do Estudante – Enade 2015 está à disposição dos participantes da edição deste ano do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Lançado na terça-feira (7), o guia apresenta o cronograma e as orientações para o acompanhamento das etapas do exame e todos os procedimentos a serem seguidos pelos estudantes de 26 cursos que farão as provas em 22 de novembro próximo, às 13h (de Brasília).

O manual contém informações fundamentais para que os participantes possam acompanhar todas as etapas da avaliação e compreender a importância do Enade no cenário da educação superior brasileira. O exame, que compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), afere o rendimento dos estudantes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos.

No dia do exame, a lista de presença será liberada uma hora depois do início da aplicação das provas. Os estudantes que não a assinarem serão considerados ausentes e estarão, portanto, em situação irregular. O mesmo ocorrerá com aqueles que não comparecerem.

Antes das provas, os participantes devem preencher o questionário do estudante, no período de 21 de outubro a 22 de novembro próximo, no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Quem não preencher o questionário também será considerado em situação irregular.

Serão avaliados nesta edição do Enade os cursos de bacharelado em administração, administração pública, ciências contábeis, ciências econômicas, jornalismo, publicidade e propaganda, design, direito, psicologia, relações internacionais, secretariado executivo, teologia e turismo. Também serão avaliados os que conferem diploma de tecnólogo em comércio exterior, design de interiores, design de moda, design gráfico, gastronomia, gestão comercial, gestão de qualidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão pública, logística, marketing e processos gerenciais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 08/07/2015
Assunto: Agricultura familiar		Página: Online

[PeloEstado]

Merenda A Secretaria da Educação abriu licitação para compra de mais quatro toneladas em produtos da agricultura familiar para as unidades escolares do Estado. As cooperativas interessadas devem entregar os envelopes para concorrer até as 13h30min de *5 de agosto*. Com a nova licitação, haverá a inclusão de mais 20 alimentos que serão distribuídos a mais 240 escolas, incluindo as escolas indígenas, centros e núcleos de Educação em todas as regionais de Santa Catarina.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 08/07/2015
Assunto: Cotas		Página: Online



COTAS SOCIAIS TÊM APROVAÇÃO MAIOR DO QUE RACIAIS, APONTA PESQUISA

Hello Research diz que 48% apoia cotas sociais no acesso a universidades. Total cai para 38% quando pergunta trata de afrodescendentes e minorias

Fonte: G1

Os brasileiros são mais favoráveis que universidades públicas adotem cotas sociais como políticas de inclusão de alunos do que cotas raciais, segundo pesquisa feita pela agência de pesquisa Hello Research no primeiro semestre de 2015.

De acordo com o levantamento, 48% dos pesquisados apoiam a política de cotas sociais no ensino superior, enquanto 38% aprovam o uso de cotas raciais.

No caso das cotas sociais, os pesquisados se posicionaram diante da pergunta dos entrevistadores sobre se apoiam a reserva de vagas para alunos que frequentaram o ensino público.

Já quando o levantamento abordou as cotas raciais, eles opinaram sobre reserva para afrodescendentes e minorias étnicas.

A pesquisa ouviu mil pessoas, maiores de 16 anos e em 70 cidades de todas as regiões do país. A margem de erro é de três pontos percentuais e o índice de confiança é de 95%.

Quando o tema é seleção para o serviço público, 39% são favoráveis, enquanto 34% são contra.

Para Nelson Fernando Inocêncio da Silva, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade de Brasília (UnB), as pessoas ainda têm dificuldade para diferenciar cotas sociais e raciais.

"Uma [cota] não anula a outra, mas precisam ser tratadas de formas distintas", explica. Cotas raciais são aquelas destinadas a pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas. Já cotas sociais podem ser destinadas para egressos de escolas públicas ou para quem possui baixa renda.

O levantamento também aponta que a classe A é o grupo com maior rejeição à qualquer tipo de cota, sendo 58% contra às cotas raciais e 50% contra às cotas sociais.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo Nelson Inocência, os dados podem ser o reflexo da discussão sobre o tema no país.

"No Brasil não é difícil de reconhecer a pobreza como um fenômeno que atinge as pessoas. Não temos problema para discutir a pobreza, mas temos para discutir o racismo. É uma das limitações da nossa sociedade", afirma o especialista.

Somadas, as regiões Norte e Centro-Oeste concentram o maior apoio às cotas, sendo 54% a favor das cotas sociais e 48% a favor das cotas raciais. Em contrapartida, a região Nordeste é a mais desfavorável sobre às cotas raciais (38%), seguida do Sudeste (33%).

Falha em interpretação

João Feres Júnior, do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), acredita que a rejeição às cotas raciais se deve à má interpretação feita sobre elas.

"Existe ainda uma impressão disseminada de que as cotas sociais resolveriam o problema das cotas raciais, o que estudos contestam, já que existe desigualdade racial em qualquer faixa de renda".

Mas o especialista discorda dos dados da pesquisa, já que, segundo ele, "existem pesquisas que apontam que a aceitação para cotas raciais está crescendo".

Política de cotas

Em agosto de 2012, o Ministério da Educação adotou a política de cotas sociais e raciais no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Em 2013, as universidades federais e institutos tecnológicos destinaram 12,5% das vagas para alunos de escolas públicas e, dentro deste universo, um percentual para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Em 2014, 25%. Em 2015, 37,5%. Em 2016, 50% das vagas serão para cotistas.

Nelson Inocência aponta que ainda é necessária uma discussão profunda sobre as cotas raciais, já que elas remontam para o passado do país.

"O racismo no Brasil é histórico. Quando continuamos com esse medo de discutir a questão racial, o prejuízo vai ser para a sociedade brasileira, porque discutimos para superá-lo".

O professor também afirma que a educação é essencial para entender a questão racial no Brasil. "Eu acredito que a gente precisa trabalhar com a informação, com a produção de conhecimento, com a nossa cultura e as nossas contradições. Os brasileiros precisam se conhecer mais, inclusive para ter uma posição crítica sobre eles mesmo".